

Uma tradução do projeto [Traduções Abolicionistas](#)

Texto original:

KILROY, Debbie. Imagining abolition. **Griffith Review**, v. 60, dez. 2018, Disponível em: <<https://www.griffithreview.com/editions/first-things-first/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Tradução autorizada por Debbie Kilroy.

Traduzido por Margarida Nogueira.

Data de publicação: 30 mar. 2022.

Imaginando a abolição

Debbie Kilroy

Proporcionalmente, somos o povo mais encarcerado do planeta. Não somos um povo inerentemente criminoso. Nossas crianças são alienadas das suas famílias em níveis sem precedentes. Isto não pode ser porque não temos amor por elas. E nossa juventude definha na prisão em números obscenos. Eles deviam ser a nossa esperança para o futuro.

– Declaração do Coração de Uluru

AS PRISÕES TÊM DESTRUÍDO famílias e comunidades aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres. Nas duas últimas décadas, mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres têm sido encarceradas em taxas alarmantes por toda Austrália. Encaminhadas dos abrigos¹ para os centros de detenção juvenil, para a pobreza e prisões adultas, mulheres e garotas estão presas num ciclo de fracasso governamental.

Este ciclo é uma continuação direta da colonização. O sistema de justiça na Austrália foi construído sobre o genocídio e expropriação dos povos aborígenes e dos povos das Ilhas do Estreito de Torres.

¹ Nota da Tradutora (NT): No original, *out-of-home care*.

Desde a invasão, o sistema de justiça tem operado como um mecanismo para classificar, controlar, regular e dispor de vidas e corpos dos povos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres^[li]. As representações dos povos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres como uma “raça em declínio” justificaram a exploração do país em benefício de uns poucos privilegiados^[lii]. Atualmente, o projeto colonial foi reformulado enquanto “proteção” e “reconhecimento”, mas o afastamento de crianças e o encarceramento continuam a aumentar^[liii]. A onda mais recente de inquéritos e comissões reais não fez nada para alterar o racismo estrutural que é o fundamento do sistema de injustiça criminal australiano.

O “complexo industrial-prisional” está crescendo. Este termo se refere à realidade em que uma lista cada vez maior de empresas, organizações e indivíduos se beneficiam de mais prisões e do recrudescimento penal^[liv]. Não é segredo que a punição é um grande negócio para os governos, empresas privadas e, cada vez mais, organizações e indivíduos da indústria da assistência social. Quando o governo do estado de Queensland anunciou 200 milhões de dólares para a expansão do Centro Correcional de Capricornia, a prisão masculina em Rockhampton, a primeira-ministra Annastacia Palaszczuk afirmou que^[lv]:

[A expansão] irá gerar mais de 100 empregos no centro de Queensland durante a construção e mais de 70 empregos após o comissionamento, para não mencionar os empregos indiretos gerados na região para manter o funcionamento da prisão, incluindo alimentação e outros provedores de serviços.

Os centros de detenção juvenil e de mulheres estão cronicamente superlotados, e mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres estão imensamente sobrerrepresentadas. Em todo o país, um terço das mulheres presas são aborígenes ou das Ilhas do Estreito de Torres – 1,106 mulheres no censo prisional de 2017 conduzido pelo *Australian Bureau of Statistics*^[lvi]. Em média, por dia, mais de 60% das garotas em centros de detenção juvenil são aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres (cinquenta e uma em cada setenta e nove)^[lvii].

Imaginando a abolição

A maioria destas garotas são de Queensland. É uma horrível constatação para a Austrália, enquanto país rico, saber que é mais fácil deixar setenta e nove garotas na prisão por dia em vez de encontrar os recursos para apoiá-las no mundo livre.

A *Sisters Inside* é uma organização comunitária independente pela defesa coletiva dos direitos humanos de mulheres e garotas criminalizadas em Queensland, abordando as falhas nos serviços disponíveis para elas. Desde 1992, trabalhamos para expor a injustiça nas prisões e noutras instituições coercitivas.

Na prisão, as mulheres são sujeitadas a agressões sexuais cometidas pelo Estado na forma da revista íntima. Isso é justificado como necessário para conter o fluxo do contrabando e das drogas que entram na prisão – para “proteger” a mulher do perigo. Não há responsabilização pela violência sancionada pelo Estado. Embora as prisões sejam obrigadas por lei a manter registros de todas as revistas íntimas, não existe informação pública sobre o uso excessivo dessa prática violenta. Os Serviços Correcionais de Queensland se recusam a divulgar dados estatísticos anônimos sobre as revistas íntimas à *Sisters Inside*, exigindo que façamos um pedido formal de Direito à Informação para obter acesso.^[viii]

Na maior prisão feminina de Queensland, o Estado agrediu sexualmente mulheres 12,170 vezes em 2016^[ix]. Em 3,376 ocasiões, mulheres foram sexualmente agredidas após visitas com suas crianças, família e amigos – o único contrabando encontrado foram três cotonetes e uma camisa regata não autorizada na prisão. Como o *Ombudsman* do estado de Vitória descobriu no seu relatório, drogas e contrabando entram na prisão por outros meios. Não há justificativa para o Estado agredir sexualmente mulheres na prisão. Não é nada mais que controle social.

Gestantes dormem em colchões no chão, vão a consultas médicas em algemas e dão à luz em celas de prisão. Apesar da política prisional oficial permitir que mulheres com crianças com menos de quatro anos possam solicitar que as crianças fiquem com elas na prisão,

poucas mulheres têm o pedido autorizado, incluindo mulheres que dão à luz na prisão. Recém-nascidos são quase sempre retirados diretamente do hospital e encaminhados para abrigos, com suprimentos específicos para amamentação e contato contínuo. Estas decisões são tomadas pelas prisões por iniciativa do Departamento de Segurança Infantil. O “melhor interesse da criança” é reduzido a um slogan vazio; separar bebês recém-nascidos de suas mães não é uma questão de apego, é uma questão de punição. Assim que uma criança é removida pelo departamento, torna-se praticamente impossível para as mães criminalizadas provarem que são mães “dispostas e capazes”.

Mulheres com sérios problemas de saúde mental são consideradas “difíceis” e encarceradas nas entranhas da prisão. Mulheres em confinamento solitário têm a “sorte” de passar mais de uma ou duas horas por dia fora de suas celas e não têm acesso à luz solar direta. O uso de algemas e *spit hoods*² é uma prática comum em prisões adultas, mas não regulamentada na legislação de Queensland. As mulheres são ainda mais criminalizadas na prisão por alegadas agressões a policiais, o que atrasa continuamente suas chances de liberdade condicional.

A maioria das garotas em centros de detenção juvenil têm sido agredidas sexualmente e, como resultado, sofrem de estresse pós-traumático^{kl}. Não se trata somente de violência doméstica e familiar; mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres experienciam altas taxas de violência nas mãos da polícia e dos “assistentes” do sistema de proteção de crianças. Mulheres e garotas

² NT: Capuz transparente utilizado para evitar que a pessoa detida cuspa ou morda terceiros. Traduzindo literalmente, significa *capuz contra cuspe*. O seu uso tem sido justificado pelas forças de segurança para evitar a transmissão de doenças infecciosas. Por outro lado, os grupos que se opõem ao seu uso denunciam que se trata de uma forma de tratamento que viola a dignidade humana, argumentando que o recurso ao capuz pode aumentar a probabilidade de [morte sob custódia](#). No contexto que diz respeito a este artigo, destaca-se a aprovação, em 2021, de uma proposta que proíbe o uso deste capuz no estado da Austrália do Meridional após [a morte de um homem aborígine sob custódia em 2016](#).

Imaginando a abolição

que se defendem contra a violência tornam-se alvos do sistema de justiça criminal. Ativistas nos Estados Unidos começaram a se referir a esse fenômeno como o “a rota do abuso sexual à prisão”^[xvi]. Quando a sociedade recorre a uma estrutura de punição para lidar com a violência, as prisões se tornam a resposta padrão para mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres consideradas “violentas” e “descontroladas”.

A violação de medidas de proteção contra violência doméstica foi o décimo tipo de ofensa mais comum para mulheres presas tanto em 2014-2015 e 2015-2016 (quer em prisão preventiva ou em cumprimento de pena)^[xvii]. Em 2015-2016, as mulheres encarceradas possuíam 227 mil infrações por essas violações de medidas de proteção em seus registros. Sabemos pelo nosso Programa de Fiança da Suprema Corte em Townsville que muitas dessas mulheres são aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres de comunidades remotas. Essas mesmas mulheres são sobreviventes de violência e abuso interpessoal. Mas o sistema de justiça protege somente as “vítimas boas”; nunca protegeu as mulheres aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres.

Os mesmos padrões de violência interpessoal e institucional são repetidos na prisão. Os Serviços Correcionais de Queensland não “corrigem”; apenas re-traumatizam as mulheres. Para as garotas, não existe “justiça” juvenil na prisão. Como coloca a acadêmica e ativista política Angela Davis em *The Meaning of Freedom* [O significado da liberdade] (2012)^[xviii]:

Primeiramente, o nosso sistema de (in)justiça criminal envia pessoas em números cada vez maiores para a prisão, negando-lhes habitação, saúde, educação e bem-estar, punindo-as depois quando participam em economias clandestinas. O que devemos pensar de um sistema que irá, por um lado, sacrificar serviços sociais, compaixão humana, habitação e escolas decentes, cuidados de saúde mental e empregos, enquanto, por outro, desenvolve um sistema prisional cada vez maior e mais lucrativo que sujeita números cada vez maiores de pessoas aos regimes diários de coerção e abuso?

Na Austrália, assistimos a cortes orçamentais contínuos ao sistema de assistência social e ao aumento da vigilância dos grupos mais pobres e marginalizados de nossa comunidade. Os critérios de elegibilidade para o subsídio parental foram restringidos, gerando sérios impactos para mães e pais solo (em sua maioria, mães). O subsídio desemprego³ não foi aumentando em mais de vinte anos. Em 30 de junho de 2017, existiam 15.658 agregados familiares inscritos no cadastro de habitação social à espera de um lar; propriedades particulares para aluguel são completamente inacessíveis para mulheres que recebem pensão. As mulheres são obrigadas a lidar com vários serviços para cumprir as obrigações da *Centrelink*⁴, liberdade condicional e proteção infantil, mas muitos desses serviços consideram as mulheres “muito difíceis” e cortam os apoios. Existem poucas vagas nos serviços de reabilitação para mulheres criminalizadas, e não há quase nenhuma para as garotas. Os serviços de saúde mental são inadequados para mulheres e garotas com necessidades complexas. Algumas jovens são criminalizadas em “cuidados” residenciais por incidentes que nunca exigiriam uma resposta policial numa casa “normal”. O sistema acumula trauma sobre trauma.

TRAUMA SOBRE TRAUMA sendo lançado sobre mulheres e garotas é o que nós da *Sisters Inside* queremos dizer quando falamos do ciclo de fracasso governamental. Organizações não-governamentais também são cúmplices neste fracasso. “Ajudar” mulheres e garotas criminalizadas tornou-se uma indústria multimilionária. Mas mulheres e garotas que são muito “difíceis” para serviços de saúde e assistência social acabam na prisão. As mulheres estão presas na porta giratória entre a prisão e os “serviços” que não são capazes de atender às suas reais necessidades. Um voucher para pagar um táxi e uma noite num

³ NT: No original, [Newstart Allowance](#). Um subsídio para aqueles que se encontram em situação de desemprego ou incapazes de trabalhar por motivos de doença/acidente. Foi criado em 1991 e suspenso em 2020, tendo sido substituído pelo [JobSeeker Payment](#).

⁴ A [Centrelink](#) é a agência governamental responsável por emitir pagamentos relativos aos serviços de segurança social.

Imaginando a abolição

hotel não são suficientes para uma mulher saindo da prisão depois de dezesseis meses sob supervisão. Temos que parar de fingir que programas e prisões podem “reabilitar” os sem-teto e os pobres.

É um erro pensar que avós, mães e famílias aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres não têm sido fortes defensoras de soluções para a violência, o afastamento de crianças, a injustiça e o racismo. A questão mais importante é: por que não temos ouvido?

Todas nós fomos socializadas para ver a ordem atual do mundo como “normal”; mas não há nada de normal sobre os números cada vez maiores de mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres na prisão. Não há nada de “normal” sobre as prisões serem a resposta padrão para mulheres e garotas que são pobres, sem-teto e vítimas de violência. Não há nada de “normal” sobre a violência exercida pela polícia ou pelos “assistentes” do sistema de proteção infantil. Não devemos aceitar o *status quo*.

Cenas do tratamento desumano da Sra. Dhu⁵ pela polícia, pouco antes da sua morte sob custódia em 2014, suscitaram protestos nacionais por justiça. As imagens de Dylan Voller exibidas no programa *Four Corners* algemado com um *spit hood* provocaram indignação e a realização de uma Comissão Real que fez mais de duzentas e vinte recomendações para enfrentar a violência contra as crianças nos centros de detenção juvenil no Território do Norte e nos sistemas de proteção infantil. A exposição de exemplos individuais de abuso e violência extremos é uma ferramenta poderosa e pode nos inflamar para uma ação momentânea. Mas para realmente tratar da questão do encarceramento em massa de mulheres e crianças aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres, temos de confrontar o racismo estrutural no coração do nosso sistema legal. Reformar não é suficiente. Após décadas de reformas prisionais, policiais e do sistema de proteção infantil, ainda assistimos aos mesmos problemas – a enorme e cada vez maior sobrerrepresentação de mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas

⁵ NT: Julieka Ivanna Dhu foi uma mulher aborígine de 22 anos [que morreu sob custódia policial](#) na região de South Hedland em 2014.

do Estreito de Torres. Reformar um sistema quebrado nunca funcionará. Devemos pensar fora, e para além, das grades da prisão.

CUSTA APROXIMADAMENTE 107 MIL DÓLARES para manter uma mulher na prisão em Queensland por um ano^[xiv]. Imagine se, em vez de gastar esse dinheiro em prisões, ele fosse direcionado diretamente para cada mulher – para encontrar um alojamento seguro e acessível, para cuidar das crianças, para investir na educação ou para encontrar um emprego estável. Imagine se todos os descendentes de mulheres aborígenes e de mulheres das Ilhas do Estreito de Torres fossem compensados pelos seus salários roubados. Imagine se financiássemos acomodações e trabalhadores de apoio independentes para cada uma das 79 garotas na prisão juvenil. Imagine se o serviço de saúde pública prestasse cuidados dentários gratuitos a todas as australianas, incluindo mulheres e crianças na prisão. Imaginem se as línguas das Primeiras Nações fossem ensinadas nas nossas escolas. Imagine se cada mãe na prisão recebesse alojamento social que acomodasse os seus filhos e apoio personalizado para lidar com o seu trauma. Imagine se elevássemos a idade mínima de responsabilidade criminal para pelo menos quinze anos de idade⁶.

No seu cerne, a abolição prisional é um projeto imaginativo. Requer que imaginemos um mundo onde não se dependa da polícia, das prisões e das autoridades de proteção infantil para resolver e abordar a violência e o dano em nossas comunidades. Enquanto isso, temos de trabalhar para resistir à injustiça diária do atual sistema e lutar por “reformas não-reformistas”^[xv] que façam progressos genuínos em termos de justiça e autodeterminação.

⁶ NT: Na Austrália, a idade mínima de responsabilidade criminal é de 10 anos. Neste sentido, vários grupos de ativistas, advogados e outras associações têm pressionado as autoridades para aumentar a idade da responsabilidade para pelo menos 14 anos. Segundo o Instituto Australiano de Saúde e Bem-Estar, entre 2018 e 2019, 65% das crianças detidas eram aborígenes. [De acordo com o portal G1](#), em 2020 “outra análise do Conselho Consultivo de Penas de Victoria, publicada neste ano, mostrou que as crianças aborígenes são encarceradas em uma taxa 17 vezes maior do que as crianças não indígenas.”

Imaginando a abolição

Enquanto abolicionista, a *Sisters Inside* **não fala por** mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres. Trabalhamos e caminhamos junto às mulheres e garotas das Primeiras Nações para dismantelar o complexo industrial-prisional. Mulheres aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres sempre tiveram um lugar na nossa mesa de direção. São quatro os pilares que guiam o nosso trabalho na *Sisters Inside*: assistência para fornecer apoio direto a mulheres e crianças criminalizadas; políticas e ações para abordar questões sistêmicas e injustiças; educação comunitária sobre abolição e sobre o nosso modelo único de apoio a mulheres e garotas criminalizadas; e um escritório de advocacia ligado à *Sisters Inside* para fornecer assistência jurídica a mulheres e meninas na prisão.

Através do nosso trabalho, apoiamos mulheres e garotas a desafiarem as representações de si mesmas como “violentas”, “preguiçosas”, “bêbadas”, “toxicodependentes” e “mães ruins”. As mulheres com as quais (e para as quais) trabalhamos são mães fortes, criativas, engraçadas, capazes e amorosas, e trabalham duro para sobreviver num sistema que pretende diminuir as suas oportunidades de vida. Temos prestado um serviço de assistência para casos agressões sexuais a mulheres na prisão desde 1994; não houve um aumento real no nosso financiamento, embora o número de mulheres na prisão tenha mais que duplicado. Em resposta ao aumento de mulheres em prisão preventiva, ajudamos a dar entrada em pedidos de fiança no Supremo Tribunal de Queensland. Ajudamos as mães na prisão e no mundo livre a manter contato com as suas crianças e se reconectarem a elas (o que quer que isso signifique para cada família). Ajudamos mulheres a encontrar alojamento e acessar serviços essenciais para que elas possam permanecer fora da prisão. Ajudamos garotas e garotos criminalizados a permanecerem alojados e na escola, para que não sejam canalizados para centros de detenção juvenil. Dirigimos um grupo de artistas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres para que mulheres jovens e garotas se conectem umas com as outras e com a cultura. Também

Debbie Kilroy

dirigimos um grupo de dança e cultura para jovens garotos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres.

Não espero testemunhar a abolição das prisões durante a minha vida. Desmantelar sistemas racistas e capitalistas e construir novas instituições para lidar com a pobreza, pessoas sem-teto e com o dano não pode ser alcançado por uma pessoa numa só geração. Este trabalho é uma luta coletiva e acredito que um movimento por mudança genuína é possível. Uma luta que começa por ouvir mulheres e garotas aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres, respeitando a sua resistência e sobrevivência, e priorizando as suas vozes e necessidades. Por que é que as realidades brutais do racismo e do encarceramento em massa de mulheres indígenas e das Ilhas do Estreito de Torres não nos revoltam? Se se permanece em silêncio sobre o racismo institucional, a pobreza, a violência e o desalojamento, o que será necessário para nos levar a uma ação furiosa? Devemos às mulheres aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres a resposta a estas questões. Nenhuma de nós será livre até que elas sejam livres.

REFERÊNCIAS

ⁱ MBEMBE, A. Necropolitics, **Public Culture**, v. 15, n. 1, 2003, p. 11-40, p. 27-28.;

WOLFE, P. Settler colonialism and the elimination of the native, **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, 2006, p. 387-409.

ⁱⁱ PASCOE, B. **Dark Emu. Black seeds: agriculture or accident?**. Broome: Magabala Books, 2014.

REYNOLDS, H. **Forgotten War**. Sydney: NewSouth Publishing, 2013.

ⁱⁱⁱ COULTHARD, G. **Red Skin, White Masks: Rejecting the Colonial Politics of Recognition**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

COULTHARD, G. Subjects of Empire: Indigenous Peoples and the “Politics of Recognition” in Canada, **Contemporary Political Theory**, v. 6, n. 4, 2007, p. 437-460.

WATSON, I. Aboriginal Women's Laws and Lives: How Might We Keep Growing the Law, **The Australian Feminist Law Journal**, v. 26, 2007, p. 95-109.

^{iv} DAVIS, A. Masked Racism: Reflections on the Prison Industrial Complex. **Colorlines**, 10 set. 1998. Disponível em: <<https://www.colorlines.com/articles/masked-racism-reflections-prison-industrial-complex>>.

^v Queensland Government. **\$200 million Capricornia Correctional Centre expansion boost jobs, prison capacity**, 31 jan. 2017. Disponível em: <<http://statements.qld.gov.au/Statement/2017/1/31/200-million-capricornia-correctional-centre-expansion-boost-jobs-prison-capacity>>.

^{vi} **Australian Bureau of Statistics**. Prisoners in Australia, cat. no. 4517.0, 2017, ABS, Canberra. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/mf/4517.0>>.

^{vii} Australian Institute of Health and Welfare. **Youth Justice in Australia 2015-16**, cat. no. AUS 211, 2017. Canberra: Australian Government Publishing Service.

^{viii} No mesmo pedido, foi-nos negado o acesso às políticas e procedimentos a nível local relacionados com as revistas íntimas porque estes documentos contêm “pormenores de processos e procedimentos de segurança confidenciais” e a divulgação destas informações colocaria em risco a “segurança e proteção dos centros de custódia”.

^{ix} Estes dados foram fornecidos pelo Departamento de Justiça e pelo Procurador-Geral à *Sisters Inside* sob o requerimento de Direito à Informação de referência n. 171000.

^x Departamento de Justiça e Procurador-Geral. **Youth Detention Centre Demand Management Strategy 2013-2023**, p. 4, n.d. Entregue à ABC sob as leis de Direito à Informação.

WORDSWORTH, M. ‘Qld youth detention centres operating “permanently over safe capacity” and system in crisis, draft report says’, **ABC News**, 17 set. 2017, disponível em: <<http://www.abc.net.au/news/2014-09-17/crime-boom-overwhelms-youth-detention-centres-in-queen-sland/5751540>>.

^{xi} MARTIN, M. Advocates say Cyntoia Brown’s case is part of the ‘sexual abuse-to-prison’ pipeline, **KUOW**, 2017, disponível em: <<http://kuow.org/post/advocates-say-cyntoia-browns-case-part-sexual-abuse-prison-pipeline>>.

^{xiii} Dados fornecidos pelos Serviços Correccionais de Queensland à *Sisters Inside* a 13 de dezembro de 2016, em resposta a um pedido informal de dados.

^{xiii} DAVIS, A. **The Meaning of Freedom and Other Difficult Dialogues**. San Francisco: City Light Books, 2012.

^{xiv} Productivity Commission 2018. **Report on Government Services**. Canberra: Australian Government Publishing Services, 2018.

^{xv} Berger, D.; Kaba, M.; & Stein, D. What Abolitionists Do. **Jacobin Magazine**, 24 August, 2017, disponível em <www.jacobinmag.com/2017/08/prison-abolition-reform-mass-incarceration>. [ed. bras.: O que fazem os abolicionistas?. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/04/o-que-fazem-os-abolicionistas/>>.]